

RELATOR(A): CONSELHEIRO ROMEU DA FONTE
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
DECISÃO T.C. Nº 1693/03

CONSIDERANDO que as irregularidades que apontam prejuízos ao erário foram elididas pela defesa;
CONSIDERANDO que restou apenas uma irregularidade passível de multa;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70, 71, inciso II, combinados com o artigo 75 da Constituição Federal, e artigo 17, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco,

DECIDIU a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2003,

Julgar REGULARES, COM RESSALVAS, as contas do Ordenador de Despesas, Sr. José de Amorim, dando-lhe, em consequência, a quitação.
E determinar que atente para as seguintes recomendações, sob pena de rejeição de futuras prestações de contas:
Obedecer aos limites legais para realização de processos licitatórios;
Atentar para a devida prestação de contas das diárias concedidas.

PROCESSO(S) T.C. Nº(S) 0230026-6
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO (EXERCÍCIO DE 2001)
INTERESSADO(S): SR. JOSÉ DE AMORIM
ADVOGADO(S):
RELATOR(A): CONSELHEIRO ROMEU DA FONTE
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
PARECER PRÉVIO

CONSIDERANDO que as irregularidades que apontam prejuízos ao erário foram elididas pela defesa;
CONSIDERANDO que restou apenas uma irregularidade passível de multa;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70, 71, inciso I, combinados com o artigo 75 da Constituição Federal,

EMITIU a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2003,

PARECER PRÉVIO em que recomenda à Câmara Municipal de RIBEIRÃO a APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, das contas do PREFEITO, Sr. José de Amorim, relativas ao exercício financeiro de 2001, de acordo com o disposto nos artigos 31, parágrafos 1º e 2º, da Constituição do Brasil e 86, parágrafo 1º, da Constituição de Pernambuco.

PROCESSO(S) T.C. Nº(S) 0103366-9
ANÁLISE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO RELATIVO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2001
INTERESSADO(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE ESCADA
ADVOGADO(S):
RELATOR(A): CONSELHEIRO ROMEU DA FONTE
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
DECISÃO T.C. Nº 1694/03

Decidiu a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2003,
CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 70, c/c o artigo 75 da Constituição Federal.
CONSIDERANDO o Parecer nº 07/2001, da Divisão de Licitação desta Corte de Contas e os termos do Relatório Preliminar constante dos autos;
CONSIDERANDO que a inobservância do § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93 foi suprida com a anulação da cláusula do edital na sessão de julgamento;
CONSIDERANDO que não ficou demonstrado que o fato da Comissão de Licitação não ter anulado o edital sob análise tenha acarretado qualquer prejuízo, tratando-se de irregularidade formal;
CONSIDERANDO que o Relatório Preliminar não demonstra excesso no valor das propostas em decorrência do item 10.03 do Edital de Concorrência nº 02/2001;
CONSIDERANDO que a própria Comissão anulou a cláusula equivocada, com fundamentação correta, não necessitando recomendação desta Corte,
Pelo **ARQUIVAMENTO** do presente processo,

PROCESSO(S) T.C. Nº(S) 0204095-5
AUDITORIA ESPECIAL (EXERCÍCIO DE 2002)
INTERESSADO(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ
ADVOGADO(S):
RELATOR(A): AUDITOR RUY RICARDO HÁRTEN JÚNIOR, CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO
ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
DECISÃO T.C. Nº 1698/03

Decidiu o Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2003,
CONSIDERANDO os dispêndios a título de pagamento por horas-aula absolutamente inverossímeis, envolvendo jornadas de trabalho de até 17 horas diárias por meses a fio;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70, 71, inciso II, combinados com o artigo 75 da Constituição Federal, e artigo 17, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco,
Julgar REGULARES, COM RESSALVAS, as contas auditadas, quitando-se, em consequência, o Ordenador de Despesas, Sr. Rivaldo Alves de Souza.
Comunicar ao Ministério Público da inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 346/98, que transgredir o princípio do concurso público para provimento de cargos.
E determinar ao Prefeito daquele Município que observe as seguintes recomendações:
a) Realizar estudo das necessidades de pessoal da Prefeitura, para estabelecimento do plano de cargos e vencimentos, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observando-se a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades destes cargos, formalizando tais estudos em lei, para cumprimento do que determina o art. 39 da Constituição Federal (**Item 2.1**);
b) Instituir o conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, como determina o artigo 39 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Nº 19 (**Item 2.1**);
c) Adotar os seguintes controles de pessoal (**Item 2.3**):
d) Adotar um controle eficiente nas pastas funcionais, atualizando-as com as seguintes informações:
- Nomear e informar o funcionário responsável pelas alterações (exclusões e inclusões);
- Assinatura do Servidor responsável pelas respectivas alterações;
- Documentos de comprovação dos dependentes;
- Férias gozadas;
- Ficha Financeira do Servidor;
- Ficha Funcional do Servidor;
- Cópias de documentos do Servidor (RG, CPF);
- Gratificação / Promoção;
- Quinquênio;
- Foto do Servidor;
- Adotar o livro de ponto na entidade;

Quanto às folhas de pagamento:
- Incluir os dados cadastrais dos servidores, como data de admissão, número de identidade e/ou CPF, número de dependentes, dentre outros;
- Nomear formalmente (portaria, ofício ou CI) o servidor responsável pelas alterações nas folhas de pagamento;
- Que as autorizações para alterações nas folhas de pagamento sejam através de documento formal, emitido pelo Prefeito ou Secretário responsável, documento este que deve ser arquivado na pasta funcional do respectivo Servidor;
- Nomear formalmente (portaria, ofício ou CI), o servidor responsável (terceira pessoa) para que este, revise a referida folha de pagamento após seu término;

- Editar normas no sentido de disciplinar o planejamento referente à contratação temporária, contratação de estagiários, concessão de férias (elaboração de escala, alteração e suspensão, provisão de férias), integração com o setor de contabilidade e finanças etc.;
- Adotar programas permanentes de capacitação para os servidores da entidade;
- Estabelecer critérios de avaliação do desempenho funcional dos servidores da entidade, conforme determina a Constituição Federal.

PROCESSO(S) T.C. Nº(S) 0301401-0
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUBVENÇÃO SOCIAL ENCAMINHADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES
INTERESSADO(S): CENTRO EDUCACIONAL NOVA VISÃO.
ADVOGADO(S): DR. OSIAS FERREIRA – OAB/PE Nº 15.817
RELATOR(A): CONSELHEIRO ROMEU DA FONTE
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA
DECISÃO T.C. Nº 1719/03

Decidiu a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2003,
Considerando que parte das irregularidades foram elididas pela defesa;
Considerando que a irregularidade remanescente é incapaz de macular a prestação de contas;
Considerando o disposto nos artigos 70, 71, inciso II, combinados com o artigo 75 da Constituição Federal, e artigo 17, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco,
Julgar REGULAR, COM RESSALVAS, a presente prestação de contas, quitando-se, consequentemente, a responsável.
E recomendar ao atual Presidente do Centro Educacional Nova Visão que acoste todos os documentos no momento da prestação de contas, bem como apresente o Plano de Trabalho conforme legislação pertinente.

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco		Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães	
Carlos Porto de Barros		Severino Otávio Raposo Monteiro	
Presidente do TCE-PE		Diretor Geral da ECPBG-PE	
Francisco Sifônio de Sousa		Maria Auxiliadora de Souza Albuquerque	
Diretor Geral do TCE-PE		Coordenador Geral da ECPBG-PE	
Henrique Anselmo Silva Braga		Carlos Alberto Sales de Almeida	
Contador - CRC-PE 14.240 / O-9		Contador - CRC-PE 16.072 / O-0	

PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2003 a Dezembro/2003	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA Jan/2003 a Dez/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	63.036.517,70
<i>Pessoal Ativo</i>	66.639.924,02
<i>Pessoal Inativo e Pensionistas</i>	-
<i>Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)</i>	(3.603.406,32)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(3.603.406,32)
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-
(-) Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	483.183,03
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	63.519.700,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	4.626.426.451,80
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	1,37%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1,56%>	72.172.252,65
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <1,48%>	68.471.111,49
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF) - Nota 1	
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,00%
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (<%)> = (IV) - (V)	1,37%
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - <1,56%> - Nota 2	72.172.252,65
FONTE: SIAFEM 2003,	

